MANHOODBRASIL EDIÇÕES

RELATIVISMO MORAL

O BÁSICO QUE VOCÊ DEVERIA SABER

ALESSANDRO LOIOLA

RELATIVISMO

MORAL

o básico que você deveria saber

por Alessandro Loiola

Copyright © 2019 ManhoodBrasil www.manhoodbrasil.com.br

MANHOOD BRASIL Edições

Sobre a obra:
A tarefa mais difícil para um humano não é conquistar a liberdade ou alcançar a felicidade, mas desenvolver integralmente sua Moralidade. Infelizmente, a sociedade contemporânea deixou de estimular esta evolução, pois nos tornamos todos Relativistas. Mas o que seria esse tal Relativismo Moral? De onde ele veio e para onde nos levará? Podemos extrair algo de positivo dele?

Estas e outras questões são examinadas em detalhes em "RELA TIVISMO MORAL: o básico que você deveria saber" , escrito pelo médico e filósofo capixaba Alessandro Loiola. Uma leitura essencial para formadores de opinião, influenciadores digitais, amantes da filosofia e livres pensadores com interesse e coragem suficiente para aprofundar-se em estudos sérios sobre Moralidade e Ética.

Caso tenha interesse em conhecer outros conteúdos produzidos por ManhoodBrasil, teremos grande prazer em receber sua visita:
Site: www.manhoodbrasil.com.br
Facebook: https://web.facebook.com/manhoodbrasil/
Instagram: https://www.instagram.com/manhoodbrasil/

Para contato com o autor: Email: alessandroloiola@gmail.com
Facebook: https://web.facebook.com/alessandro.loiola.9

Indice:

1. INTRODUÇAO

2. A RESSURREIÇAO DO PECULIAR

3. RELATIVISMO DESCRITIVO E NORMATIVO

4. SUBJETIVISMO E INTUICIONISMO

5. VANTAGENS E DESVANTAGENS DO RELATIVISMO

6. O PARADOXO DE POPPER

7. A GRANDE INCONSISTÊNCIA COM A RAZAO E A VIRTUDE

8. CONCLUSAO

1. INTRODUÇAO

O Relativismo Moral consiste na proposição de que aquilo que consideramos fatos Morais não reflete as Verdades substantivas, mas circunstâncias culturais, econômicas, históricas ou pessoais. Basicamente, o Relativismo traduz a Moralidade em um acordo ao mesmo tempo atraente e asqueroso de como as tradições podem servir aos propósitos de socialização e governança[1-4].

Desta definição, derivam duas conclusões: primeiro, que nossos julgamentos podem ser considerados certos ou errados dependendo do ponto de vista de quem os avalia; segundo, que é impossível comprovar acima de qualquer dúvida se um ponto de vista é superior o outro, pois os valores que prezamos não passam de tons de “verdade” sujeitos à moda.

Os primeiros vestígios de Relativismo de que temos notícia foram fornecidos pelo retórico grego Górgias (485-380 a.C.). Górgias considerava que havia uma Verdade substantiva, porém variável para cada situação: a Moralidade derivava de convenções e não de uma “lei divina transcendental”, como proposto por Platão[40,41].

Ainda Platão fosse um Realista Moral até os ossos, ele afirmava que a noção humana de lei e costumes (o nomos) contradiz o que é correto de acordo com a Natureza e sua ordem (o physis). Este ponto de vista é bem expresso por Trasímaco – personagem sofista em A República[42] – de acordo com quem “a justiça é nada além da vantagem do mais forte”. De modo semelhante, Aristóteles escreveu que “cada disposição de caráter tem sua ideia própria acerca do nobre e do agradável”[42].

Cientes disso ou não, Platão e Aristóteles sustentavam o proposto por Górgias, de que aquilo que chamamos de Moralidade não passa de um pretexto utilizado pelos mais aptos para justificar os sistemas que melhor satisfaçam seus interesses. Ou seja: na maioria das vezes, a Moral parece mesmo ser Relativa, e Górgias estava mais próximo da verdade que os discípulos de Sócrates.

Entre os séculos II e III d.C., o médico e filósofo grego Sexto Empírico explorou o Relativismo com alguma curiosidade, mas esta investida logo daria lugar ao Absolutismo Moral propagando pelo Cristianismo, e o Relativismo se tornaria dormente no Ocidente por mais de mil anos – um período durante o qual o dualismo espiritualista de Platão e a Ética das Virtudes de Aristóteles reinariam absolutos[7].

2. A RESSURREIÇAO DO PECULIAR

No século XIX, o declínio da importância da religião nas sociedades modernizadas, uma atitude progressivamente crítica contra o colonialismo, o questionamento da presunção de superioridade ética dos europeus e um ceticismo crescente sobre qualquer forma de Absolutismo Moral convergiram para tornar o Relativismo mais palatável. Não obstante, muitos assinalam seu ressurgimento alguns séculos antes do Iluminismo, mais exatamente a partir da publicação dos trabalhos de Michel de Montaigne (1533-1592).

Nascido em uma família abastada, Montaigne teve uma vida agitada de estudos e política. Certa feita, cansado de tudo, refugiou-se em sua cidadela – uma torre construída nos fundos do castelo de seu pai –, passando uma década em reclusão voluntária. Rodeado por mais de 1.500 livros e motivado pelas publicações das traduções de Sexto Empírico, sofisticou o ensaio como técnica de escrita, criticando a educação mnemônica e propondo um ensino voltado para a experiência e para a ação. Segundo Montaigne, as leis da consciência que dizemos “nascidas da Natureza” não passam de hábitos.

Catorze anos antes ser vitimado por um abscesso nas amígdalas, Montaigne exaltou a bravura na batalha, a simplicidade natural da Moralidade e a estrutura social descomplicada dos “bárbaros” do Novo Mundo: “tudo isso não é tão mau assim: mas

ora! eles não usam calças", anotou ele[8], zombando do etnocentrismo daqueles se achavam culturalmente superiores aos ameríndios.

Indo além, Montaigne explorou a teoria Relativista "gorgiana", escrevendo que "cada um chama de barbárie o que não é seu costume. Assim como, de fato, não temos outro critério de Verdade e de Razão além do exemplo e da forma das opiniões e usos do país em que estamos"[8].

O Renascimento retomava então o longuíssimo trabalho de parto do Relativismo.

Seguindo trilha de Montaigne, o holandês Baruch Espinoza (1632-1677) elaborou uma filosofia singular de tolerância e benevolência.

Espinoza pagava suas contas trabalhando como polidor de lentes e faleceu jovem, aos 44 anos de idade, provavelmente em decorrência de problemas pulmonares relacionados à sua atividade profissional. Felizmente, teve tempo de terminar sua opera magni, A Ética, em 1674, mas não viveria o suficiente para vê-la publicada. Baruch defendia que deus e Natureza eram dois nomes para a mesma realidade, e considerava que nada era inerentemente bom ou ruim[9].

Apesar do Relativismo de Montaigne e Espinoza, caberia ao escocês David Hume (1711-1776) o título de Pai do Relativismo Moderno – ainda que ele mesmo não se visse como um relativista. Hume distinguia fatos de valores e sugeriu que os julgamentos Morais pertenciam ao segundo grupo, uma vez que não lidavam a realidade, mas com sentimentos e paixões[10].

Hume negava que a Moralidade tivesse qualquer padrão objetivo e afirmava que o Universo mantinha-se absolutamente indiferente às preferências e aos problemas da humanidade[10]. Assim como outros antes dele, Hume foi profundamente influenciado pelo antigo Ceticismo grego e postulava que as normas de conduta que determinam como devemos agir não derivam da Lógica ou da realidade de como as coisas são.

De modo similar, o positivista Auguste Comte – criador da Sociologia –, ainda que concordasse com a presença de leis

naturais imutáveis e defendesse o caráter “definitivo” da etapa científica, afirmou que mesmo neste estágio o espírito humano é incapaz de reconhecer ou conceber as Verdades substantivas[11]. As opiniões de Comte forneceram os elementos necessários para o retorno do Relativismo durante o progresso da ciência no século XIX.

Décadas mais tarde, os entendimentos de Górgias, Protágoras, Sexto Empírico, Montaigne, Espinoza, Hume e Comte seriam desenvolvidos por filósofos como Charles L. Stevenson e R. M. Hare, que defenderam que a principal função da Moral não era descrever os fatos, mas expressar sentimentos de aprovação ou desaprovação acerca de uma ação ou influenciar as atitudes e ações de outros – algo como um “prescritivismo utilitário”[12,13]. Ou seja: puro Relativismo.

Nietzsche também escreveu bastante sobre Moralidade. Seu pronunciamento de que “deus está morto”[14] implicava, entre outras coisas, que uma justificativa transcendente para os valores Morais não era mais necessária ou viável. Segundo Nietzsche, não existem fenômenos Morais: apenas interpretações Morais dos fenômenos. Para qualquer um que soubesse de Górgias e seus herdeiros da Renascença e do Iluminismo, essa afirmação não soaria nem um pouco inovadora.

Contemporâneo de Nietzsche, o cientista social americano William Graham Sumner (1849-1910) também saqueou as ideias dos antigos céticos gregos.

Sumner afirmou que as noções sobre o que é Bom e Correto estavam ligadas aos costumes, às práticas e às instituições de uma sociedade, tornando o conceito de retidão Moral um mero estado de conformidade às regras locais. Com grande propriedade, diagnosticou que os membros de uma determinada cultura tendem a generalizar sua Moralidade em princípios absolutos que passam a reconhecer como a única bússola ética aceitável[15].

O trabalho de parto do Relativismo foi concluído pela Modernidade com o auxílio de pensadores como Sumner, Franz Boas, Edward Westermarck, Ruth Benedict, Margaret Mead, Johanna "Hannah" Arendt, Jacques Derrida e Michel Foucault, entre outros.

Longe de ser uma discussão abstrata de interesse de desocupados profissionais, esta filosofia Moral possui repercussões significativas sobre as nossas interações sociais.

Por exemplo: vários políticos no Brasil e em outros países defendem com unhas e dentes o estabelecimento de um padrão de valores nacionais derivados de sua própria cultura religiosa-familiar, e quem quer que ouse postular crenças diferentes é automaticamente declarado um "não-cidadão". Através dos argumentos de Sumner e outros notáveis, esse tipo de Absolutismo Moral pode ser confrontando, dando ao indivíduo o direito de tornar-se tão livre quanto a sociedade lhe permitir ser.

Não é muito, mas é alguma coisa.

3. RELATIVISMO DESCRITIVO E NORMATIVO

O Relativismo Descritivo consiste na simples observação da convicção contida em diferentes crenças[17-20]. Por exemplo: a Cultura 1 acredita que a mutilação genital de mulheres é boa; a Cultura 2, não. A Cultura 1 acredita que mulheres não deveriam votar; a Cultura 2 não tem restrição alguma a isto.

De acordo como Relativismo Descritivo, as diferenças entre as Culturas 1 e 2 não refletem divergências conceituais no valor Moral em si, mas no preço a se pagar pela violação deste valor: o tabu contra a orgasmo feminino deriva da crença de que o prazer sexual é "errado e perigoso" e sua prática corromperia a estrutura familiar; o tabu contra o voto feminino deriva da crença de que mulheres são intelectualmente inferiores aos homens e o sufrágio universal causaria uma deterioração no desempenho político-econômico da nação.

Em ambos os casos, o ponto de conflito não diz respeito ao conceito de "certo ou errado" do orgasmo ou do voto feminino, mas ao fato de acreditar que haverá alguma forma de castigo caso estas situações ocorram.

O Relativismo Descritivo não declara que uma cultura esteja mais certa ou mais errada que outra: ele simplesmente aceita que as divergências podem e devem existir, recomendando cuidado quando concluímos que valores Morais diferentes são diametralmente opostos. Muitas vezes, eles expressam a mesma convicção, apenas de maneiras distintas.

Não obstante, examinado com mais critério, ao negar a existência de qualquer forma de Verdade substantiva universal, o Relativismo Descritivo assemelha-se ao que há de pior no Ceticismo.

Por exemplo: para que uma sociedade sobreviva, devemos nos preocupar com o bem estar das crianças. Uma sociedade cujo Relativismo Descritivo optasse por não defender com afinco uma Verdade substantiva como esta provavelmente estaria extinta após umas poucas gerações.

Em contraposição ao tipo descritivo, o Relativismo Normativo consiste na ideia de que há uma Verdade substantiva bem determinada, mas ela é relativa para cada sociedade ou indivíduo[17-20]. Ou seja: como defendido por Górgias, não existe um padrão objetivo universal para a Moralidade e nenhuma cultura está objetivamente errada, pois cada cultura cria sua própria Moralidade.

O Relativismo Normativo não apenas assume que duas culturas podem ser discordantes, mas também que elas podem estar corretas em suas versões particulares de Moralidade e seria arrogante qualificar uma premissa qualquer sob a ótica de uma versão oposta.

Por exemplo: no antigo seriado A Família Dinossauro, Zilda, a mãe de Fran (esposa de Dino) vai fazer 72 anos, e Dino está radiante por poder seguir a antiga tradição do Dia do Arremesso da Sogra. Na sociedade dos dinossauros, matar um parente idoso era um ato nobre para livrá-lo de seu sofrimento. Contudo, esta prática poderia ser julgada errada por outra cultura, e ambos os pontos de vista – de que jogar sua sogra do alto de um abismo é um procedimento tanto misericordioso quanto condenável – estão corretos, cada um em seu próprio contexto.

Segundo o Relativismo Normativo, uma sociedade só deveria ser julgada pelas normas dela própria. Portanto, se você não é um

habitante da Era Mesozoica, não lhe cabe condenar Dino por ter intenções homicidas com relação a Sra. Zilda.

O Relativismo Normativo ocupa o cerne da recorrente discussão sobre infanticídio em algumas tribos indígenas no Brasil[50-54]. Para Durkheim, cada nação tem sua própria Moral, que se relaciona apenas consigo mesma: as pessoas têm deveres e obrigações com seus concidadãos e mais ninguém[39]. Algo semelhante foi sustentado pelo antropólogo Louis Dumont, para quem as instituições só têm sentido dentro das sociedades que as criaram: enquanto em algumas comunidades a referência fundamental é o individuo, em outras é o conjunto[16]. Some-se a essas concepções Relativistas o fato de que a Constituição Federal Brasileira de 1988 assegura às nações indígenas o direito de assassinar bebês que nascem com problemas graves de saúde[45]. Outras tribos sacrificam um bebê gêmeo por considerar que a alma da criança está dividida entre dois corpos: matando um dos irmãos, a alma poderá se reunir por inteiro no sobrevivente.

Assim como no Dia do Arremesso da Sogra, para os índios estas “verdades auto-evidentes” equivalem a gestos de amor e proteção. Neste caso, até que ponto devemos intervir? É admissível relativizar da vida humana para assegurar o respeito à cultura de um povo?

Em resumo: se para um Relativista descritivo não existe uma Verdade substantiva universal, mas apenas diferentes tradições retratadas como se fossem verdades, para um Relativista descritivo existem, sim, várias Verdades substantivas, incontáveis delas, até mesmo opostas entre si, e nenhuma superior a qualquer outra.

4. SUBJETIVISMO E INTUICIONISMO

Quando foram ressuscitados no século XX, os Relativistas receberam a alcunha de Subjetivistas[21-25].

O Subjetivismo consiste na visão de que um ato é Moralmente bom porque você o aprova, pois ele corresponde aos seus desejos e expectativas; e mau quando lhe contraria, é inconveniente ou causa aversão. Isto coloca o Subjetivismo mais próximo do tipo de Verdades substantivas tuteladas pelo Relativismo Normativo.

O Subjetivismo defende que é possível partir da ignorância e chegar à iluminação por meio dos sentimentos que associamos às nossas experiências. Essa noção pode ser encontrada em Rousseau, que afirmou ter encontrado a "verdadeira" filosofia da vida "no fundo de seu coração, escritas pela natureza em caracteres indeléveis. Basta consultar-me acerca do que quero fazer: tudo o que sinto ser bem é bem, tudo o que sinto ser mal é mal – o melhor de todos os casuístas é a consciência"[29].

Para um Subjetivista, os fatos Morais são reais, mas variam de acordo com a percepção de cada pessoa. Na prática, isto impede a existência de um código universal pelo qual poderíamos julgar a Moralidade de terceiros. Mas que mal poderia haver nisso, não? Afinal, somos Homo sapiens e, de acordo com Bakunin, "o homem é o último e o mais perfeito animal dessa Terra"[46]...

O fato é que, levado a cabo, o arrebatamento Subjetivista tornaria o indivíduo infalível: ninguém poderia julgar Moralmente as ações de qualquer pessoa, porque estas ações já conteriam embutidas a sua própria outorga prévia. Nas palavras de Cícero: "Unus sustineo três Personas: Mei, Adversarii et Judicis" – "sou portador de três personalidades: eu, meu adversário e o juiz"[43].

Um Subjetivista levaria Cícero muito a sério: se algo o faz sentir-se bem, então esse algo é Moralmente direito. Se você está demonstrando seus sentimentos com sinceridade quando diz que "torturar bebês é correto", então, segundo o Subjetivismo, você pode fazer isso sem sentir-se culpado.

Podemos até acreditar que a Moralidade seja subjetiva e que nenhuma opinião Moral seja incorreta, mas parece ilógico assumir que não existam Verdades substantivas simplesmente porque existem divergências culturais entre os povos: em Mein Kampf, Hitler afirmou que sua vontade era "a dona inimputável da situação, e agora o destino pode submeter-me aos testes finais sem o desfalecimento de meus nervos ou a perda de minha razão"[45]. É

difícil concordar que ele estivesse com razão ao comandar o extermínio frio e sistemático de milhões de humanos. Se consultarmos o caderno de regras do Subjetivismo, ele estava.

No Subjetivismo, “a consciência é apresentada como uma justificação suficiente e uma expressão imediata de princípios inatos no coração do homem”[47]. Todavia, se o Subjetivismo está certo e toda autoridade emana dos sentimentos individuais, como conciliar experiências contraditórias que legitimam selvagerias?

No momento em que defendemos a tolerância em nome da empatia, podemos invocar esta mesma empatia para defender os dogmatismos mais terríveis: com as bênçãos do Subjetivismo poderíamos considerar que, como os atos originados de um estado de cólera não são premeditados, mas motivados por um estímulo externo agudo, a causa de um sujeito se comportar de maneira violenta sob o impulso da cólera não cabe a ele, mas àquele que o deixou com raiva.

Dado que as premissas que não se opõem aos auto-interesses ou aos prazeres sempre recebem uma hospitalidade maior da nossa parte, o Subjetivismo tende a chamar a opinião dos amigos de temperança, e aquela dos não-amigos de burrice, heresia ou incompetência. Isso não é Moralidade, mas um passatempo sórdido onde aprovamos como Bom e Correto apenas o que parece aceitável para nós mesmos e nosso pequeno clube de afiliados.

Foi exatamente para tentar contornar estas incoerências que os Relativistas mergulharam ainda mais fundo no misticismo platônico e se reeditaram sob uma corrente apelidada de Intuicionismo. Na teoria, Subjetivismo e Intuicionismo diferem em alguns enfeites. Na prática, são a mesma coisa.

O Intuicionismo predominou na Inglaterra do começo do século XVIII até o final da década de 1930, caindo em desuso a partir dos anos 1940. Nos estertores do século XX, voltou a ganhar alguma notoriedade, principalmente a partir da disseminação das ideias de filósofos como Harold Arthur Prichard, George Edward Moore, William David Ross e Russ Shafer-Landau[25-28].

Apesar de seu viés Realista e Consequencialista, o Intuicionismo é, nu e cru, um tipo de Relativismo paternalista construído para enfrentar o Utilitarismo de John Stuart Mill, a

Deontologia de Kant, o Naturalismo de Comte e o Ceticismo de Nietzsche.

Ao confrontar-se com a possibilidade aterradora de um Cosmos destituído de significados, o Intuicionista deseja encontrar propósitos acima de tudo. Ele quer um sentido, não propriamente uma origem – e menos ainda um regulamento. Este foi o mandamento primário que o Intuicionismo anunciou: criem um significado para um mundo sem significado. Digam “o eleitor está com a razão!” e “se lhe parece bom, faça-o!”, pois “a beleza está nos olhos de quem vê” e “o que vale é ser feliz!”.

O Intuicionismo tornou-se um refúgio para a geração das metanarrativas autovitimizantes, que prega que a Moralidade não pode ser completamente explicada em termos de propriedades Naturais. Os fatos Morais – as Verdades substantivas – são auto-evidentes e acompanham-se de uma intuição clara o suficiente para justificar a crença. Para acreditar em um fato Moral, basta a premonição de que tal arbítrio constitui um fato Moral Bom e Correto. Esta é a sandice professada pelos mestres do Intuicionismo.

Duvida? Vejamos: O filósofo inglês H.A. Prichard (1871-1947) assegurou que toda a filosofia Moral repousa em uma sequência de erros, pois o Bom e Correto não depende exatamente do que deduzimos ser Bom e Correto[34]. As obrigações Morais não podem ser alcançadas por meio de alegações submetidas ao desejo ou à busca abnegada pela Virtude, ou mesmo através de raciocínios não-Morais como a Ciência.

O também britânico George Edward Moore (1873-1958) defendeu igualmente que o Bom e Correto é apenas uma ideia, assim como a cor amarela é apenas uma ideia. Não é possível explicar o que é a cor amarela para alguém que não a conheça de antemão. Da mesma maneira, para entender o é que Bom e Correto, já devemos saber antecipadamente o que Bom e Correto representa – e esta conceituação pode ser apreendida consultando-se a intuição[35,38]. Em outras palavras: Bom e Correto significa Bom e Correto e isto é tudo que precisa ser dito com respeito a este fato Moral.

Moore considerava o Naturalismo uma falácia, pois o Naturalismo propunha que os fatos Morais poderiam ser analisados em termos de propriedades físicas ou psicológicas que existem no mundo Natural. Para ele, em caso de dúvida, consulte a “voz interior” de sua intuição e ela lhe dará a resposta sobre o que é ou não uma Verdade substantiva. Moore era um professor universitário e suas ideias sobre o que é Bom e Correto limitavam-se à sua tranquila vida acadêmica. Suas teorias nem de perto são úteis quando precisamos lidar com dilemas Morais sérios.

Um pouco mais Deontológico, o escocês William David Ross postulou que a “ordem Moral é tanto uma parte fundamental da natureza do Universo como sua própria estrutura especial e numérica expressa nos axiomas de geometria e aritmética”[36]. Apesar desse início sólido, Ross se uniu ao coro dos intuicionistas ao concordar que todos os fatos Morais podem ser conhecidos sem necessidade de qualquer outra argumentação, indício ou justificativa: a dedução do fato Moral não passa de uma sensação que ocorre após sua imediata e automática apreensão pela consciência. Contudo, para Ross, esta intuição difere de uma crença, estando mais para uma percepção convicta: somos dotados de uma enigmática capacidade de perceber a obviedade de uma Verdade substantiva tão logo ela se apresenta diante de nós.

Finalmente, temos Shafer-Landau, um dos maiores defensores do Intuicionismo na atualidade. Como seus antecessores, Shafer-Landau insiste que os fatos Morais não podem ser reduzidos em termos Naturais: o Bom e Correto não pode ser descrito em unidades de prazer ou dor, tampouco por meio da física, da biologia ou de qualquer outra ciência. Para discerni-lo, basta a revelação que ocorre por meio do faro hermético da intuição[37].

Intuitivamente, os intuicionistas aparentam estar certos: nossas investigações podem nos informar muitas coisas sobre o mundo, mas são incapazes de dizer se alguns atos são bons ou ruins. Por exemplo: tudo que a ciência pode nos dizer é que o sistema nervoso das lagostas é desenvolvido o suficiente para que elas sintam dor. O julgamento se é certo ou errado fervê-las vivas não cabe à Ciência. Como isso não pode ser determinado empiricamente, o melhor a fazer seria inquirir a intuição.

O problema é que os princípios Morais dos Intuicionistas Pós-Modernos, por serem considerados auto-evidentes, prescindem de evidências – pelo menos segundo eles mesmos. Todavia, existem muitas verdades óbvias que não são auto-evidentes: a água é composta por dois átomos de hidrogênio e um de oxigênio; o calor refere-se à intensidade de movimento das moléculas em um corpo; nosso sistema Solar é um entre bilhões de outros sistemas estelares em nossa galáxia; etc.

Nenhuma dessas verdades é acessível por arroubos intuição, mas através de estudos disciplinados.

Embora as intuições ofereçam boas justificativas para muitas coisas, elas não são capazes de fazer o mesmo com a Moralidade. Sem a validação por provas concretas, os equívocos Intuicionistas tendem a se acumular assustadoramente: o fato de você ter uma tendência intuitiva para acreditar em algo não torna aquele algo verdadeiro. Se você tem dúvidas quanto a isto, converse por alguns minutos com alguém em surto esquizofrênico. Ademais, em termos de julgamento Moral, a cultura nos levou a considerar algumas coisas como Boas e Corretas, mas isso não ocorre porque elas são Boas e Corretas per se, mas porque fomos influenciados pelo meio a considerá-las dessa forma.

Ao canonizar a vontade humana, o Intuicionismo – assim como o Subjetivismo –, pede que sigamos as instruções da tal “voz interior”. Não obstante, este mantra produziu flagelos medonhos quando foi seguido por pessoas desequilibradas, imaturas ou com problemas neurológicos: movidos pela intuição da “voz interior” de um líder maluco, os nazistas acharam óbvio que sufocar crianças e mulheres em câmaras de gás era uma conduta justificável; e, por ser justificável, era crível; e por ser crível, justificável e óbvio poderia ser considerada Moralmente aceitável.

Os crimes do nazismo mostraram com clareza que não é a Razão que nos conquista, mas a eloquência dos sentimentos inflamados, e ninguém precisa ter receio de não encontrar seguidores para suas hipóteses maníacas: basta que o moralista seja hábil o suficiente para pintá-las em cores atraentes[10]. Por meio da vontade podemos sempre persuadir a “voz interior” a dizer algo

mais alinhado às utilidades que desejamos e aos excessos que cometemos.

Como animais, os humanos vêm “montados de fábrica” com um conjunto de percepções Morais que podem ser inicialmente consultadas por meio da intuição, mas o progresso Moral depende de uma sofisticação nesta configuração original. Confiar este progresso à “voz interior” – e não a um método específico de ponderações suplementares como o proposto pelo Naturalismo – afunda o Intuicionismo em uma infância de preguiças hedonistas[39].

No momento em que envolvemos os fatos Morais em uma cortina de mistérios, pressupomos a existência de uma faculdade quase mística que nos permite apreender as Verdades substantivas: a intuição seria um sexto sentido capaz de nos conduzir à boa Moralidade. Com efeito, o Intuicionismo é insuficiente para explicar discordâncias éticas simples: se eu penso que comer carne é Moralmente errado, como posso convencer alguém que pensa exatamente o contrário e que também se sente justificado em acreditar nisso baseado em seu próprio instinto?

Uma réplica Intuicionista é que só deveríamos levar em consideração a impressão de pessoas ponderadas e bem educadas, pois somente essas intuições seriam confiáveis. Mais uma vez, a disfunção deste argumento é seu caráter nitidamente circular: afinal, quem deve ser considerado “ponderado e bem educado”? Aqueles que aprovam minha “voz interior”? Se nos conduzirmos dessa maneira, acusaremos de cegueira Moral qualquer um que esteja em desacordo conosco.

Quando um Intuicionista pondera sobre um assunto, a única coisa que ele tira de sua caixa de ferramentas intelectivas são seus sentimentos: sua noção de certo e errado corresponde a estados emocionais internos de aprovação ou desaprovação. Se a balança que será utilizada para averiguar a precisão do que é Bom e Correto é algo tão etéreo, permissivo e variável quanto a premonição individual, como separar as Verdades substantivas de nossos medos, paixões, vontades e vieses culturais? A intuição nem sempre é clara e perfeita. Muitas vezes, é turva e obscura, e pode só tornar-se confiável a partir de certo ponto de maturidade intelectual e Moral.

O fato de haver tanta discordância entre os povos sobre o que é uma Verdade substantiva sugere que a intuição é um método no mínimo falho por sua imensa versatilidade. Além disso, a ideia de que nosso entendimento de uma proposição auto-evidente é suficiente para acreditar de modo pragmático nela é de um Relativismo tão egocentrado que beira um transtorno psiquiátrico.

O humano é desonesto, manipulador, ingenuamente sentimental, fantasiosamente ébrio, inconstante em suas vontades e sem grandes tendências para a misericórdia. Traz consigo uma consciência perturbada que emprega todas as forças e narrativas possíveis para adaptar a realidade às suas próprias certezas – para então reclamar quando as dores do mundo lhe atropelam, mostrando que o que deveria ter sido feito era exatamente o oposto disso. Pois é a Realidade quem contém as Verdades substantivas e o Universo nunca existiu para satisfazer expectativas humanas.

Nossa voracidade imaginativa é uma piada ruim ou uma má poesia, e aceitar o pluralismo Intuicionista é uma aposta temerosa para blindar nossos dogmas favoritos do escrutínio pela Razão, pela Lógica e pela Ciência.

5. VANTAGENS E DESVANTAGENS DO RELATIVISMO

Cada sociedade desenvolve padrões mais ou menos peculiares para distinguir quais comportamentos serão considerados aceitáveis ou inaceitáveis, e cada julgamento entre certo e errado pressupõe o conhecimento destes padrões. Assim, se a prática do homossexualismo, do ateísmo, da poligamia, do apedrejamento de infiéis, do infanticídio ou do Arremesso da Sogra é considerada correta em uma sociedade, pode ser que ela seja considerada correta apenas naquela sociedade e errada em outras – tudo dependerá do contrato social de uma ou outra cultura.

Historicamente, as questões Morais sempre apresentaram (ou, antes, necessitaram de) respostas claras e objetivas. Em quase sua

totalidade, os humanos pressupõem a existência de Verdades substantivas que representam fatos Morais óbvios: consideramos a covardia uma característica ruim; o incesto, errado; que os heróis merecem respeito; que devemos proteger nossas crianças, etc. Contudo, não somos omniscientes e repetidas vezes agimos de maneira implacável, motivados por uma verdade que, mais tarde, se mostrou mais do que questionável. O maior mérito do Relativismo Moral está em expor estes excessos, encorajando a tolerância entre as divergências Ao diminuir a arrogância sobre a probidade dos costumes, aumentando a sensibilidade aos contextos culturais antes de emitirmos nossos julgamentos Morais, o Relativismo apresenta uma saída para combatermos a misógina, a misandria, o racismo, o fascismo e várias outras formas de preconceito e discriminação[25,27]. Não obstante, é impossível negar que o Relativismo Moral, ao abandonar padrões absolutos para o que é Bom e correto e renunciar ao dever de estabelecer limites para a cultura de uma sociedade, arrisca-se a produzir doses excessivas de imoralidade e barbárie.

Em um exercício de contemporização, você pode até se perguntar: que mal há se as mulheres vestem calças em uma sociedade e burcas em outra? Qual o problema se prestamos respeito aos mortos acendendo velas, ou os enterrando, ou incinerando seus corpos – qual a importância destes contrastes? O Relativismo suscita respeito por culturas diferentes da nossa e isto é bom, certo?

Mas... e quanto à aplicação deste mesmo respeito às sociedades que praticam escravidão, genocídios, apedrejamentos de infiéis, mutilação de mulheres e assassinatos de crianças em nome da honra, praxes religiosas ou preceitos sociais? Seu Relativismo Moral brindaria essas ações com a mesma dose de indulgência?

Se o Relativismo for sua filosofia, você não pode dizer que uma atrocidade é errada, independente de quem a pratica: uma vez que cada cultura inventa sua própria Moralidade, uma maldade pode ser considerada correta dependendo de qual sociedade a está realizando. Remover o clitóris de uma menina de 5 anos com uma navalha e sem anestesia pode ser errado na sua sociedade, mas,

como um Relativista, você não teria o direito de condenar o mesmo ato sendo praticado por uma parteira na Somália[32].

É fácil perceber que a civilização moderna não foi fundada sobre o Relativismo Moral. Propor e aprovar leis, fazendo valer o Estado de Direito, sugere a faculdade de estipular um padrão bem determinado de comportamento ao qual todos deveriam aderir, doa a quem doer. Todavia, à medida que o conceito de Bom e Correto vai se tornando uma questão de opinião popular, o Relativismo sabota este tipo de equilíbrio no tecido social[28].

É preciso haver algum padrão pelo qual comparar duas premissas para determinar qual delas é a mais correta: uma faca não pode ser amolada e cega ao mesmo tempo. Quando um Relativista declara que “padrões fixos são impraticáveis”, ele torna difícil – quiçá utópico – condenar qualquer ação, e qualquer debate sobre Bom e Correto se torna incoerente.

Ao enfraquecer a conexão entre um paradigma de Moralidade e as normas de comportamento, o Relativismo envia um convite aberto ao mau-caratismo e à catástrofe humana.

6. O PARADOXO DE POPPER

Via de regra, os princípios expressos nas codificações Morais ocorrem de maneira sobreposta na maioria das sociedades: existe um compartilhamento quase universal sobre valores como confiança, amizade, compaixão, respeito, disciplina e coragem, aliados a proibições contra assassinato, roubo e incesto, por exemplo. Versões da Regra de Ouro (trate os outros como gostaria de ser tratado) podem ser encontradas em praticamente todas as culturas.

A existência desses “valores universais” é fácil de ser explicada: eles viabilizam o florescimento de uma sociedade, e sua ausência diminuiria consideravelmente as chances de sobrevivência de um grupo. O fato de que compartilhamos alguns compromissos básicos

sinaliza a existência de uma Moralidade evolucionária, desmontando a fábula de um Relativismo cultural infinito entre os humanos.

Ao mesmo tempo em que exagera a diversidade entre as culturas, o Relativismo também ignora a presença de diversidades dentro de uma mesma cultura: quando um Relativista afirma que a verdade de um princípio Moral é relativa às normas do local onde ocorre, ele presume que todos os membros daquele local concordam 100% com a matriz Moral vigorante. Este nem sempre é o caso: muitas culturas possuem sub-comunidades que divergem profundamente em assuntos como aborto, pena de morte, porte de armas, eutanásia, poligamia, liberdade das mulheres, direitos de homossexuais e uso de drogas.

Nestas situações, qual conjunto de normas e valores deveríamos utilizar para emitir nossos julgamentos Morais e legais? O conjunto das normas majoritárias ou o conjunto das normas de nossa sub-comunidade?

Apesar de seus predicados, o Relativismo não é necessariamente um apoiador intrépido da tolerância: se não existe um padrão consolidado para emitir julgamentos Morais, como poderíamos afirmar que uma sociedade é intolerante e, ao mesmo tempo, manter-nos consistentes com o Relativismo? Se você defende o Relativismo pleno, então deve demonstrar concordância com os massacres das Cruzadas, as fogueiras humanas da Santa Inquisição Cristã, as técnicas de tortura preconizadas no Malleus Maleficarum, os atentados de fundamentalistas como o Boko Haram e os genocídios dos regimes comunistas e fascistas.

De acordo com o princípio universal de tolerância do Relativismo, estaríamos condenados à anomalia de “qualquer coisa está valendo”. Até que ponto isso seria tolerável para você?

O Relativismo não pode defender a condescendência e, ao mesmo tempo, manter para si o título de Relativismo, pois defender a tolerância é defender um valor Moral objetivo. Porém, se a tolerância é um valor Moral objetivo e universal, então o Relativismo é falso, uma vez que ele afirma que não existem “valores objetivos e universais”. Karl Popper abordou esse paradoxo utilizando uma abordagem tão criativa quanto perturbadora[31].

De acordo com Popper, a tolerância exige instrução: não nascemos tolerantes, mas podemos aprender a sê-lo. Assim, em uma sociedade baseada em tolerância irrestrita, teríamos de aprender a ser tolerantes inclusive com a intolerância. Porém, logo os intolerantes fariam valer sua filosofia e exterminariam os tolerantes (os regimes teocráticos absolutistas do Islã são um bom exemplo disso). Para que uma sociedade Relativista prosperasse, ela teria de ser intolerante com a intolerância – e o dogma da tolerância seria tudo, menos um valor universal.

Para que a compreensão prevaleça e proteja o progresso e a liberdade, devemos ser intolerantes com a intolerância – e nos tornamos então todos intolerantes em certo sentido.

É óbvio que a tolerância é um valor central nas civilizações mais avançadas. Contudo, de acordo com o ponto de vista de um Relativista, os membros de outras sociedades onde este atributo não é considerado um traço positivo não devem sentir-se obrigados a aceitar a ideia de que deveriam praticá-lo. Por isso, a afirmação de que “Relativistas promovem a tolerância” é pueril e inócuo. Na verdade, o Relativismo torna a Moralidade um resultado de pesquisas de opinião onde perdemos o direito de denunciar os equívocos de nossa própria cultura.

Por exemplo: suponha que todo mundo na sua cidade acredite que a escravidão é admissível, mas você não compartilha dessa opinião. Se você se acha um praticante do Relativismo Moral, então deve respeitar e seguir em silêncio o posicionamento do rebanho, pois todos vocês estão certos ao mesmo tempo. A única saída para manifestar seu descontentamento seria rejeitar sua condição de Relativista e adotar o ceticismo, o niilismo, o realismo, o objetivismo, o naturalismo ou qualquer outra Moralidade diferente do Relativismo.

O fato de não poder provar que um valor Moral seja superior a outro não significa que um valor específico não seja melhor que os demais. O Consequencialismo e o Utilitarismo anulam o Relativismo: uma Moralidade pode ser considerada superior à outra quando atende melhor às necessidades e aos propósitos humanos, independente da cultura em que estão inseridos. Por exemplo: em termos de sobrevivência de uma sociedade, “proteger as gestantes”

é um o valor mais inteligente que – e superior a – “cada um por si e as grávidas que se virem”.

Finalmente, como exposto, o Relativismo refuta a si mesmo: se tudo é relativo, até o Relativismo é relativo e, portanto, não-relativo, pois comunica uma norma ímpar que deve ser seguida.

Quando você grita pedindo silêncio, está fazendo barulho.

Quando tem por princípio desapegar-se de tudo, está apegado à noção de desapego.

Quando não escolhe, está escolhendo não escolher.

Quando tudo é diferente, nada mais é diferente.

Quando tudo é relativo, nada mais é relativo.

No final, a ausência de um padrão transforma-se em um padrão em si.

7. A GRANDE INCONSISTÊNCIA COM A RAZÃO E A VIRTUDE

O Relativismo luta contra o Absolutismo Moral, mas deseja que sua Moral seja absoluta, esquecendo-se que, para que o princípio “tudo é relativo” seja válido, ele não pode ser relativo em si, mas absoluto per se, e isto estabeleceria que nem tudo é relativo, violando seu próprio axioma.

Um bom raciocínio Moral requer a construção de argumentos sólidos baseados nas melhores evidências disponíveis, apelando para os elementos mais eternos e universais da natureza humana. Em sua transigência sem fronteiras, o Relativismo Moral torna-se uma doutrina de aceitação robotizada de qualquer hábito em andamento, a despeito das tradições e de qualquer evidência.

Ainda que não sejamos capazes de descobrir todas as Verdades substantivas da Moralidade, a prática consistente da Razão e da Ciência nos permite aproximar quais valores devem ser considerados superiores aos demais. É por este caminho que procuramos chegar a uma prescrição universal: desejamos que situações similares não estejam sujeitas ao regimento de

Moralidades diferentes – a mutilação genital de uma menina deve ser considerada imoral não importa o país ou a época onde isso ocorreu. Todavia, é bem sabido que falhamos de modo recorrente nessa universalidade: em nossos momentos de fraqueza, tentamos arrumar desculpas para nossas próprias derrapadas Morais – desculpas que, em geral, não permitiríamos a outros.

Nossos julgamentos Morais são diferentes quando nos imaginamos dentro da situação. Você provavelmente não admite estas diferenças, mas vamos ser sinceros: isso é bem o que ocorre. Um deputado que pratica o nepotismo está roubando tanto dinheiro público quanto você quando sonega impostos ou estaciona em local proibido esperando não ser multado por essas violações – mas você certamente torceu o nariz e utilizou padrões de julgamento diferentes para o mesmo princípio Moral de honestidade quando leu isso. A dissonância é óbvia e fácil de ser demonstrada, ainda você que tente racionalizá-la com uma sequência de subterfúgios furiosos, todos eles Relativistas por natureza. Se pretendemos imprimir congruência à nossa Moralidade pessoal, devemos estar alertas para essas armadilhas e corrigi-las.

De acordo com o psicólogo norte-americano Jonathan Haidt, o Relativismo Moral sofre ainda com uma desconexão entre a Razão consciente e nossas respostas às situações do mundo[33]. Um robô ou um animal são capazes de reagir, mas um agente racional deve ser capaz de refletir sobre seus motivos e chegar a uma conclusão deliberada sobre o que deve ou não fazer. Contudo, nossa racionalidade não tem uma conexão muito boa com nossas reações. Achamos saber por que e como emitimos um julgamento Moral, mas na verdade a Razão que empregamos é uma camuflagem póstuma de estupefação feita sob medida para vontades prévias, um faz-de-conta costurado com capricho para legitimar nossa coleção de hábitos, gostos e prioridades.

Outra objeção ao Relativismo está no fato de que ele implica na aceitação de que erros Morais notórios podem ser ações corretas. Se considerarmos que nossas crenças e ações são certas ou erradas apenas a partir de um determinado ponto de vista, então seremos forçados a abandonar a ideia de que algo seja intrinsecamente errado. Ao colocar todos os costumes em uma

mesma prateleira, e aceitar como digna a livre escolha por qualquer um deles, eliminamos a possibilidade de uma sociedade acusar a si mesma.

Se a retidão ou o equívoco de nossas ações, práticas e instituições só podem ser julgados segundo as normas da cultura onde foram forjadas ou segundo nossa “voz interior”, então como os membros desta sociedade poderiam argumentar sobre qual norma deveria ser mudada? Se uma sociedade vive em um regime de castas onde uma casta usufrui de grandes privilégios e outra é condenada a trabalhos forçados, este sistema parecerá sempre justo de acordo com seus próprios termos, e nunca haverá coisa alguma que possa ser criticada de modo justificado.

O principal entrave na aplicação ilimitada do Relativismo está nesta possibilidade de regressão infinita: cada tentativa de estabelecer um único ponto de referência Moral é seguida por uma infinidade de objeções que paralisam qualquer desenvolvimento efetivo, impedindo o progresso Moral.

Uma rápida consulta à Opinião, Razão e Intuição de Espinoza é suficiente para perceber o quanto os argumentos do Relativismo são equivocados. O fato de os conceitos de “certo versus errado” e “bom versus mau” terem sido sequestrados por etnias, temporalidades, contextos, nacionalidades, grupos com interesses específicos e ideais coletivistas, não elimina a possibilidade de que existam Verdades substantivas sobre o que é Bom e Correto.

O Relativismo é impregnado da ideia tresloucada de que é possível ter Moralidade sem julgamento, e de que podemos emitir julgamentos sem Moralidade. Essa frouxidão Moral vem se degenerando em sandices ideológicas dispensáveis e, muitas vezes, danosas à mesma causa que propõe defender.

Talvez sejamos condescendentes com o Relativismo porque os humanos “têm gostos tão diferentes, seu humor é por vezes tão deplorável, seu caráter tão difícil e seus juízos tão falsos”[30] que parece mais prudente ficar acomodado que se desgastar somente para evidenciar o que é mesmo Bom e Correto. Sem embargo, observe a indiferença para com a opressão dos regimes totalitários; o ensurdecedor silêncio histórico para com as matanças no Camboja, na Rússia, na China, em Cuba e em Ruanda; e a

ausência de oposição ferrenha por parte dos defensores dos direitos humanos com relação aos ditadores mais sanguinários de nossos tempos e à violação da dignidade de pessoas vivendo sob teocracias muçulmanas.

Todas estas aberrações de conduta derivam de nossa benevolência com o Relativismo Moral.

Alguns dizem que a Intuição encontra-se em uma posição intermediária entre a ignorância e a sabedoria[42]. Ela nos permitiria compreender as Verdades substantivas que os sentidos não conseguem, contornando as deficiências da Lógica, da Razão e da Ciência[49]. Isso parece muito bonito, mas, para mim, não passa de uma aposta maquiavélica e insolente: nossas impressões, necessidades, paixões e desejos são anteriores à Razão e é pouco provável que encontrar uma Verdade substantiva seja tão simples quanto “consultar sua voz interior”[10,40].

Não é a Razão ou a Ciência, mas a Paixão, quem governa os rótulos desse Mundo. Por isso, quando dizemos estar ouvindo a “voz interior”, será que estamos realmente sintonizados no canal certo? Quando convocamos o arbítrio da Intuição, estamos procurando que a Moralidade seja determinada pela Razão ou por nossos próprios apetites não revelados? Quando ignoramos as qualidades das coisas tangíveis, trocando-as pelas intepretações subjetivas de nossa “voz interior”, cedo ou tarde passamos da realidade ao seu contrário sem perceber. Do lado de fora da busca cerimoniosa pela Verdade substantiva, tudo é opinião ou apenas ridículo.

Aristóteles e Platão afirmaram que a experiência subjetiva e a intuição são ilusórias e jamais poderiam ser empregadas para aferir a grandeza de uma Verdade substantiva[40-42]. Independente desta aparente lucidez, Aristóteles também escreveu que “agir injustamente não implica necessariamente em ser injusto: um homem poderia até deitar-se com uma mulher sabendo quem ela é, sem que a origem do seu ato fosse sua escolha própria, mas da paixão. Esse homem age injustamente, mas não é injusto. E um homem pode não ser ladrão embora tenha roubado, nem adúltero

apesar de ter cometido adultério, e assim por diante em todos os outros casos”[42].

Ao aceitar a paixão como justificativa legítima para qualquer desvio de caráter, Aristóteles validou a banalização da Moral tão em voga entre os Relativistas da atualidade.

Hume foi um pouco mais escrupuloso, dizendo que “não somos simplesmente seres que raciocinam, mas também um dos objetos acerca dos quais raciocinamos: somos, ao mesmo tempo, escultores e mármore”[10]. Acrescente-se a isso a dedução de Hobbes de que “as doutrinas que pregam que todo indivíduo particular é juiz das boas e más ações podem ser verdadeiras na condição de simples natureza, pois não existem leis civis, mas elas são incompatíveis com a vida em sociedade”[43], e não se torna difícil inferir que, se cada um de nós tomasse a liberdade de agir com respeito às leis da sociedade por meio de nossos juízos particulares – como se cada humano estivesse autorizado a ser as três personas de Cícero ao mesmo tempo –, teríamos uma confusão dos diabos.

Lamentavelmente, é bem isso que estamos fazendo, e foi precisamente esta a crise Moral desencadeada pela insensatez Relativista.

8. CONCLUSAO

Imaginar a Moralidade como algo estático é equivocar-se acerca da natureza da vida humana, e nisto os Relativistas têm toda razão. O cotidiano é uma mistura do repetitivo com o previsível, levado adiante pelo hábito e interrompido aqui e ali por eventos aleatórios que classificamos arbitrariamente como bons ou ruins.

Nesta dança, nossas escolhas por um ou outro tipo de Moralidade bailam segundo a situação – esta foi uma exigência evolucionária que nossos cérebros sempre honraram. Abandonamos e adquirimos convicções ao longo de nossa existência, e o mesmo ocorre com as sociedades e civilizações. Isso

ocorre porque cada estágio da vida não abre portas apenas para o aprendizado e o fortalecimento do Caráter, mas também descerra abismos para regressões e a desintegração completa dele.

Entretanto, a Moralidade não é modificada apenas pela lógica e pelos julgamentos, mas também por necessidades emocionais, fatores inconscientes, racionalizações e outros mecanismos de defesa do ego. Para que a Moralidade represente Decência e Sabedoria, é preciso obter conhecimento, desenvolver um pensamento livre, assumir o controle sobre as emoções e investigar as motivações do inconsciente – todas estas, tarefas laboriosas e arriscadas: uma vez que os valores morais guiam nossas atitudes, uma Moralidade ruim quase sempre é pior que nenhuma Moralidade.

Assim como quem atira uma pedra é responsável pelo dano que ela irá causar, cada um de nós é o agente Moral responsável por aquilo que fazemos de nós mesmos e o que nos tornamos em consequência disso. De tão perceptível, não deveria haver hesitação quanto a isto. Por infelicidade, vivemos um tempo onde eximir-se desta incumbência virou o passatempo predileto das crianças-adultas que abdicam dos encargos de suas escolhas. A sociedade está atingindo um ponto onde aceita como normais comportamentos que deveriam ser proibidos. A tolerância se tornou sacrossanta e, ante ela, toda e qualquer Moralidade social deve prestar reverência.

Somado a isto, temos bilhões de pessoas ansiosas por um indulto Relativista para suas mancadas recorrentes. Em pleno século XXI, parece que alcançamos um clímax onde tudo que um ser humano crescido precisa para ser genuinamente feliz é de alguém que tenha pena dele.

Para infelicidade dos adeptos do Realismo Moral, a renovação que está em andamento não é capaz de retornar aos valores Morais da época do Paleolítico, ou mesmo àqueles do século XIX ou XX. Mas nem tudo está perdido: se o Relativismo nos tornou menos honrados de um lado, ele nos brindou com a chance de lustrar os princípios que valorizamos e a liberdade de utilizar cada dilema como uma oportunidade para deliberação, revisão e construção de valores Morais verdadeiramente sublimes.

Referências

1. Paul Boghossian. What is Relativism? in Patrick Greenough & Michael Lynch (eds.), Truth and Relativism. Clarendon Press 2006;13-37.
2. Steven Lukes . Moral Relativism: Big Ideas/Small Books. Picador (2008).
3. Robert Streiffer . Moral Relativism and Reasons for Action. Routledge (2003).
4. Gilbert Harman. Moral Relativism Explained. Acessado em https://www.princeton.edu/~harman/Papers/Moral%20Relativism%20Explained.pdf
5. Max Kolbel . Moral Relativism. Lectures on Relativism, Göteborg 2005, 51-72.
6. J. David V elleman. Foundations for Moral Relativism. Open Book Publishers (2013).
7. Bertrand Russell . História da Filosofia Ocidental. Nova Fronteira (2015).
8. Michel de Montaigne. The Essays of Montaigne, Complete. Ed. William Carew Hazlitt (1877) e Project Gutenberg. Acessado em https://www.gutenberg.org/files/3600/3600-h/3600-h.htm
9. Benedictus de Spinoza. Ética (1677). Autêntica Editora (2009).
10. David Hume. Tratado da Natureza Humana (1740). Editora Unesp (2000).
11. Augusto Comte. Princípios de Filosofia Positiva (1875). Disponível em www.cervantesvirtual.com/descargaPdf/principios-de-filosofia-positiva/
12. Charles Leslie Stevenson. Facts and Values: Studies in Ethical Analysis. Praeger (1975).
13. Richard Mervyn Hare. The Language of Morals (1952). Oxford University Press; Reprint edition (1991).
14. Friedrich Nietzsche. A Gaia da Ciência (1882). Companhia de Bolso (2016).
15. William Graham Sumner . Folkways (1906). Acessado em http://www.gutenberg.org/files/24253/24253-h/24253-h.htm
16. Louis Dumont. Homo Hierarchicus: o Sistema das Castas e Suas Implicações. Edusp (2009).
17. Neil Levy . Descriptive Relativism: Assessing the Evidence. The Journal of Value Inquiry, 2003;37: 165–177.
18. David B. W ong. Cultural Relativism. In Institutional Issues Involving Ethics and Justice – Vol. I, Encyclopedia of Life Support Systems (EOLSS). Acessado em https://www.eolss.net/sample-chapters/C14/E1-37-01-03.pdf
19. Ragnar Francé. Methaethical Relativism – Against the Single Analysis Assumption. Doctoral dissertation in practical philosophy Göteborg University (2008). Acessado em https://gupea.ub.gu.se/bitstream/2077/8505/3/gupea_2077_8505_3.pdf
20. Quintelier KJP , Fessler DMT . Varying versions of moral relativism: the philosophy and psychology of normative relativism. Biol Philos (2012) 27:95–113.
21. James Rachels. Subjectivism in Ethics. Acessado em http://www.rci.rutgers.edu/~stich/104_Master_File/104_Readings/Rachels/Subjectivism%20in%20Ethics.pdf
22. Russs Shaefer-Landau. Ethical Subjetivism. In Reason and Responsability, Part V – The Claims of Morality and Justice. Wadsworth (2001).

23. James Rachels, Stuart Rachels. Subjectivism in Ethics. In The Elements of Moral Philosophy, Chapter 3. McGraw-Hill Higher Education (2009).
24. Philippa Foot. Does Moral Subjectivism Reston a Mistake? Oxford Journal of Legal Studies1995;15(1).
25. Gilbert Harman. Moral Relativism Defended. In Ethical Theory: An Anthology, John Wiley& Sons (2013).
26. Alexandra Howson. Cultural Relativism. In EBSCO Research Starters, EBSCO Publishing (2009). Acessado em https://www.ebscohost.com/uploads/imported/thisTopic-dbTopic-1247.pdf
27. Ruth Benedict. A Defense of Ethical Relativism. In Anthropology and the Abnormal, Journal of General Psychology, 1934; 10.
28. Stein Z, Dawson-T unik TL. "It's all good": Moral relativism and the Millennial Mind. Developmental Testing Service (2004). Acessado em https://dts.lectica.org/PDF/ItsAllGood.pdf
29. Jean-Jacques Rousseau. Emílio ou Da Educação. Difel (1979).
30. Thomas More. Utopia (1516). Escala Educacional (2006).
31. Karl Raimund Popper . A Sociedade Aberta e Seus Inimigos (1945). Ed. Itatiaia Edusp (1987).
32. Mohamud OA. Female circumcision and child mortality in urban Somalia. Genus, 1991 Jul-Dec;47(3-4):203-23.
33. Graham J, Haidt J, Koleva S, Motyl M, Iyer R, W ojcik SP , Ditto PH. Moral Foundations Theory: The Pragmatic Validity of Moral Pluralism. Advances in Experimental Social Psychology 2012. Acessado em http://www-bcf.usc.edu/~jessegra/papers/GHKMIWD.inpress.MFT.AESP.pdf
34. Prichard HA. Does Moral Philosophy Reston a Mistake? Mind. 1912 Jan; 21(81):21-37.
35. George Edward Moore . Principia Ethica (1902). Disponível em http://fair-use.org/g-e-moore/principia-ethica
36. David Ross . The Right and the Good. Claredon Press (1930).
37. Russ Shafer-Landau . Moral Realism: A Defence. Claredon Press (2003).
38. Matheus Martins Silva. Moore e os intuicionistas contra o naturalismo. Ética, Julho de 2006. Disponível em https://criticanarede.com/eti_aqa.html
39. Émile Durkheim. Ética e Sociologia da Moral (1887). Martin Claret (2016).
40. Platão. Fedro. Martin Claret (2007).
41. Platão. A República. Martin Claret (2000).
42. Aristóteles. Ética a Nicômaco. Martin Claret (2001).
43. Thomas Hobbes. Leviatã. Martin Claret (2007).
44. Novaes SC. Nações indígenas – pensando o Brasil, desafio Constituinte. Lua Nova, Sept 1985;2(2):21-22.
45. **Y**uval Noah Harari. Homo Deus – uma breve história do amanhã. Companhia das Letras (2015).
46. Mikhail Bakunin. Deus e o Estado (1871). Hedra (2011).
47. John Locke. Ensaio acerca do Entendimento Humano (1689). Nova Cultural (1997).
48. Andrew Newberg, Mark Robert W aldman. Why We Believe What We Believe: Uncovering Our Biological Need for Meaning, Spirituality, and Truth. Scribner (2006)
49. Erick Fromm. Análise do Homem. Zahar (1978).
50. Santos-Granero F . Hakani e a campanha contra o infanticídio indígena: percepções contrastantes de humanidade e pessoa na Amazônia brasileira.

Mana, Apr 2011;17(1).
51. Pinezi AKM. Infanticídio indígena, relativismo cultural e direitos humanos: elementos para reflexão. Aurora 2010; 8.
52. Camacho W AB. Infanticídio Indígena: um dilema entre a travessia e o permanecer a margem de si mesmo. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Unisinos (2011). Acessado em http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/4640/21d.pdf?sequence=1
53. Santos NF . O infanticídio indígena no Brasil: o universalismo dos direitos humanos em face do relativismo cultural. Acessado em https://www.derechoycambiosocial.com/revista025/infanticidio_y_derechos_humanos.pdf
54. Do Reis JB. O Infanticídio Indígena: um conflito entre a diversidade cultural e os direitos humanos. Acessado em http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=ab28ad5cc818e94c